PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO: EDUCAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Gilmara de Cássia Machado¹
Centro Universitário UNA
Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local
gilmaramachadoju@hotmail.com

Reinaldo Dias² Centro Universitário UNA reinaldodias@mackenzie.br

Resumo

Este artigo trata de algumas reflexões sobre o patrimônio cultural, destacando o desafio dos indivíduos em identificar e proteger o seu patrimônio. A proteção e valorização do patrimônio inscrevem-se em uma política de desenvolvimento local, o que leva a produzir a compreensão das limitações e potencialidades da própria realidade, podendo fazer dela um instrumento de transformação. Nesse sentido, gerar conhecimentos sobre a realidade local permite promover um desenvolvimento vinculado às necessidades da comunidade, uma prática que pode ser pensada por meio da educação.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural. Turismo. Desenvolvimento Local. Educação.

Abstract

This article deals with some reflections on the cultural heritage, highlighting the challenge of individuals to identify and protect their heritage. The protection and enhancement of heritage are part of a policy on local development, which leads to produce an understanding of the limitations and potential of reality itself, which may make it an instrument of transformation through education. In that sense, generate knowledge about the reality on the ground allows promote a development bound to the needs of the community, a practice that can be thought through education.

Keywords: Cultural Heritage. Tourism. Local Development. Education.

Introdução

A relação patrimônio cultural e desenvolvimento local torna-se cada vez mais relevante a partir do papel dinâmico desempenhado pelo Turismo. Considerado como recurso que

¹ Historiadora, mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário

² Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP e do Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA/MG.

permite ampliar as políticas de inclusão social, as políticas de patrimônio cultural ampliaram sua perspectiva de ação na sociedade a partir da consolidação do conceito de patrimônio cultural imaterial, permitindo um maior entendimento e valorização dos cidadãos da sua própria história.

O patrimônio cultural compreende os elementos significativos da memória social de um povo ou de uma nação que englobam os elementos do meio ambiente, o saber do homem no decorrer da história e os bens culturais enquanto produtos concretos do homem, resultantes da sua capacidade de sobrevivência ao meio ambiente. Assim, patrimônio diz respeito às "maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradição." (PELEGRINI, 2006, p.118).

O patrimônio é o resultado de uma dialética entre o homem e seu meio, entre a comunidade e seu território. Ele não é apenas constituído pelos objetos do passado oficialmente reconhecidos, mas também por tudo que liga o homem ao seu passado, ou seja, tudo que os seres humanos atribuem ao legado material e imaterial de sua nação.

O fortalecimento da identidade cultural permeia a construção de uma nação, e o patrimônio cultural se reconhece como a memória e o modo de vida da sociedade, compreendendo tanto elementos materiais como imateriais. Constitui-se como patrimônio cultural, o conjunto dos elementos para os quais se reconhecem valores que identificam e perpetuam a memória e referências do modo de vida e identidade social.

Compreende-se o patrimônio como uma construção social e cultural, porque é idealizado a da realidade concreta da comunidade. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade, fazendo com que toda construção patrimonial torne-se uma representação simbólica de certa identidade. Nesse sentido, os símbolos tornam-se veículos privilegiados de transmissão cultural, mantendo por meio dos seres humanos, vínculos com um passado idealizado a partir das necessidades do presente (Dias, 2006).

A referência ao patrimônio nos remete à sua proteção. Uma política de preservação só se mostra completa e coerente quando, além de contemplar medidas referentes à memória de um povo, baseia-se mais amplamente em uma concepção que integra as questões sócio-econômicas, técnicas, artísticas e ambientais, articulando-as com as questões de qualidade de vida, meio ambiente e cidadania. Além disso, há que se considerar a dinâmica da História em

sua característica de agregar o trabalho humano a uma base material, a necessidade de

desenvolvimento humano e a importância da contribuição de cada geração, dentro de um

conceito de desenvolvimento sustentado e respeito a todas as gerações.

As políticas de preservação do Patrimônio transformam-se em peças essenciais e

estratégicas, e estas podem ser identificadas como verdadeiros instrumentos de gestão das

cidades e todos os aspectos que a permeiam. Assim a integração do patrimônio ao cotidiano

das pessoas e às suas celebrações faz com que este exerça força geradora de identidade, de

valorização e de referência cultural.

Como política de preservação do patrimônio podem ser identificadas uma série de

medidas composta, basicamente, de um conjunto de normas, suporte técnico adequado e

canais de participação da sociedade. É importante que se considere a valorização de políticas

preventivas, compensatórias e de estímulo, bem como a diversidade de alternativas de

proteção, buscando entender a questão da preservação de maneira sistêmica e abrangente.

Complementam essa política ações de formação da consciência preservacionista.

Educação, preservação patrimonial e desenvolvimento local

A consciência preservacionista vê sua sustentabilidade interligada à educação. Trata-se

de um investimento capaz de se tornar um instrumento científico para transformação da

realidade local, visto que a educação começa a ser pensada como uma articulação da

sociedade visando à solução de problemas relativos às suas próprias necessidades.

Segundo Dowbor (2007, p.76) "A idéia de educação para o desenvolvimento local está

diretamente vinculada a essa compreensão e à necessidade de se formarem pessoas que

amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno,

de gerar dinâmicas construtivas."

A educação deve levar o indivíduo a compreender sua própria existência e em

consequência, suas necessidades e as necessidades ao seu entorno. A educação deve levar à

articulação da sociedade, propiciando coesão e identidade entre as pessoas, construindo

identidades coletivas, fortalecendo os elos comuns, passo fundamental para a continuidade e

sobrevivência de uma comunidade.

A preservação de bens naturais e culturais se justifica, hoje, como condição de garantia

dos direitos universais do ser humano, dessa forma, as instituições criadas para proteger o

patrimônio e as questões que o permeiam devem ser suficientemente sólidas visando a

sustentação de suas práticas.

Ao expor o conceito de educação o que deve ser discutido é a forma como a sociedade é

percebida enquanto grupo humano organizado, com certa identidade e memória, ou seja, sua

prática social e sua reflexão política.

Se uma sociedade não tem na sua prática a reflexão política, ela não tem como assinalar

as suas experiências coletivas. Ela não tem a competência de analisar criticamente o passado,

tampouco, como o presente influencia a forma de interpretá-lo. As histórias individuais,

únicas são sobrepostas às várias histórias locais. Se este conhecimento não está no cotidiano

dos indivíduos onde ele estaria situado?

A resposta para esta pergunta talvez estivesse ligada à educação e à conservação do

patrimônio cultural, visto que sua prática é fundamental para a formação do indivíduo. A

escola como locus de conhecimento é indispensável para a concretização desta formação, pois

ela permite socializar com os alunos o conhecimento e a valorização dos elementos que

compõem este patrimônio cultural, porém, esta prática enfrenta muitas dificuldades.

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) "A educação abrange os processos

formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas

instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e

nas manifestações culturais." E ainda, diz respeito à "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar

e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber". (BRASIL, 1996, p.1)

Conforme explicitado na LDB, a educação é um investimento importante que visa

tornar o ensino produtivo, permitindo que sejam criados estímulos e a promoção de uma

atitude proativa voltada ao reconhecimento da realidade, pois a educação passa a ser um

instrumento de compreensão da própria vida e da cidadania.

Ser cidadão diz respeito ao exercício pleno dos seus direitos políticos, sociais, culturais,

compreendendo também os deveres, ou seja, o cidadão é um sujeito histórico, responsável

pela história que o envolve.

Desenvolver a cidadania e o reconhecimento da história é um dos princípios da

educação, segundo o PCN (Parâmetros Curriculares da Educação), o indivíduo deve

"desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas

capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção

social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania".

(BRASIL, 1998, p.3)

Uma educação de cunho mais crítico é primordial para a formação de uma sociedade

crítica, consciente do seu papel como sujeito histórico. A educação que vislumbra o

conhecimento por meio dos seus patrimônios possibilita ao indivíduo construir suas

identidades enquanto se afirmam no cenário nacional.

Segundo os PCN (1998) existe a necessidade de preservação como o desejo de valorizar

as memórias de uma dada sociedade, assegurando estratégias diante da ameaça de

desaparecimento da cultura e da identidade, nesse sentido é necessário

conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais,

materiais e culturais como meio para construir progressivamente a

noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência

ao País; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural

brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e

nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em

diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou

outras características individuais e sociais (BRASIL, 1998, p.3)

Nesse sentido, compreender o valor da memória, da identidade e do conhecimento da

história, bem como a preservação do patrimônio torna-se um fator importante na formação

escolar visando o desenvolvimento local.

Promover o desenvolvimento local diz respeito à capacidade de integração e de

complementaridade que a sociedade tem na busca de interesses comuns que atendam as

necessidades sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais.

O desenvolvimento deve ser pensado a partir da riqueza que a localidade possui, no que

diz respeito à cultura herdada, as atividades predominantes da região, as possibilidades

existentes, e, nesse sentido, as soluções para determinada região deverá ser pensada de forma

a atender às suas necessidades e à sua qualidade de vida.

A partir desta compreensão a escola pode ser articuladora entre as necessidades locais e

os conhecimentos correspondentes, ela deve educar para a cidadania e para a democratização

do conhecimento e para a instituição da identidade.

Inicialmente, a inclusão da constituição da identidade social nas

propostas educacionais para o ensino de História necessita um

tratamento capaz de situar a relação entre o particular e o geral, quer

se trate do indivíduo, sua ação e seu papel na sua localidade e cultura,

quer se trate das relações entre a localidade específica, a sociedade

nacional e o mundo. (BRASIL, 1998, p.26)

A compreensão do indivíduo e da sua realidade faz com que ele passe a dar valor a sua

história e em consequência, à sua memória.

A memória é o elo entre o individuo e a preservação de sua identidade. Sem consciência

de si uma sociedade não pode ser capaz de construir sua cidadania. Nessa perspectiva, o

patrimônio cultural se encobre de grande notoriedade.

O patrimônio preserva a memória e consequentemente contribui para a construção e

preservação da identidade cultural. Segundo Le Goff (2003, p. 467) a memória é um elemento

essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das

atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Para

muitos povos a memória é um artificio fundamental para a sobrevivência e perpetuação de

suas tradições; além de ser um instrumento e objeto de poder importante na luta das forças

sociais.

A participação da sociedade e da escola na preservação dos seus bens é de fundamental

importância para o desenvolvimento de uma comunidade, como previsto pela Agenda 21. A

salvaguarda do patrimônio permite ao grupo ter consciência não só do seu passado, mas

também do seu presente e futuro. As memórias estão sempre sofrendo influências externas e

remodelando os seus significantes e significados. É a atualidade dos seus valores, projetadas

na história coletiva, que faz com que a memória possa se perpetuar.

A preservação do patrimônio e da memória coletiva é condição indispensável para a

formação de uma identidade social, ou seja, para o reconhecimento de um conjunto de

valores, atitudes, representações que dizem respeito ao sentimento de pertencimento de

determinada comunidade.

A destruição dos referenciais históricos pautados na memória pode resultar num

estranhamento do indivíduo com o seu entorno e, nesse sentido, a mera conservação física não

é a garantia de que este patrimônio seja preservado.

As simples práticas do tombamento ou do registro não estabelecem referência para que

uma sociedade se identifique com um bem cultural. Por isso, a formulação de projetos

voltados à educação é fundamental para a preservação de um patrimônio, pois a partir destes

projetos há a possibilidade de se desenvolver a consciência dos indivíduos em relação a

determinado território no que diz respeito ao seu valor histórico, artístico, científico e/ou

afetivo.

O Projeto Rondon Minas

Como exemplo das possibilidades de articulação da educação e preservação do

patrimônio como forma de contribuir para o desenvolvimento local, há a intervenção realizada

pelo projeto de extensão universitária do Centro Universitário UNA: o projeto Rondon Minas.

Constituindo uma Versão regional do Projeto Rondon Nacional, o Rondon Minas é uma

iniciativa da Associação dos Rondonistas do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado,

Instituições de Ensino Superior e Prefeituras Municipais.

O objetivo principal do Projeto é o fortalecimento organizacional e social de diversas

comunidades mineiras com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), dando

prioridade às regiões dos vales do Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas.

Suas ações são voltadas à democratização do conhecimento e à transformação da

realidade social, em que há um intercâmbio com a sociedade visando promover o

desenvolvimento social e cultural.

A intervenção realizada por meio do Projeto Rondon Minas entre os anos de 2006 e

2007 na cidade de Senador Modestino Gonçalves possibilitou à cidade uma mudança

significativa em sua realidade.

Localizada no Alto do Vale do Jequitinhonha, datada de 1744, oriunda dos

desbravamentos das terras às margens do Rio Araçuaí, tornou-se Nossa Senhora das Mercês

em 1843 e em 1962 elevou-se ao atual município de Senador Modestino Gonçalves.

Possuidora de uma história rica, a cidade guarda pinturas rupestres e construções históricas da

época colonial com seus casarios e igrejas como a Matriz Nossa Senhora das Mercês, Capela

do Senhor Bom Jesus e Capela Nossa Senhora do Rosário, integra com esse rico patrimônio o

Circuito turístico dos Diamantes com outras doze cidades da região.

No entanto, a realidade encontrada no início do projeto foi um quadro de completo

abandono e desconhecimento acerca do patrimônio material e imaterial do município e, ainda,

uma falta de referência no que diz respeito às raízes históricas e memória da cidade. Outra

situação encontrada foi uma economia deficiente, pois as novas leis de proteção ambiental

causaram drástica redução da renda no município que era proveniente principalmente da

produção do carvão.

As ações de afirmação patrimonial

A partir do primeiro contato realizado com a cidade, algumas ações foram pensadas

visando o desenvolvimento local.

A primeira intervenção realizou um diagnóstico local e a identificação das demandas

mais urgentes. Nesse mesmo período foram realizadas as primeiras entrevistas com

moradores mais antigos, para construção de um acervo oral da comunidade; uma oficina

coletiva de teatro com o grupo local; uma palestra sobre Patrimônio Material e Imaterial:

educação para conservação, tendo como público alvo os gestores públicos; oficinas de rádio e

pesquisas bibliográficas.

A segunda intervenção foi desenvolvida de forma coletiva e já produziu alguns retornos

à comunidade. Foram realizadas oficina de pinhole para produção imagética do patrimônio

local; levantamento da documentação junto aos jovens do grupo de teatro, das festas típicas e

das cantigas de roda; formação coletiva da Associação de Artesãos e Agricultores Familiares

"Mercês de Araçuaí"; reunião entre gestores públicos e comerciantes da rede de hotéis,

restaurantes e afins; novos trabalhos junto à rádio local; oficina de arte-educação para os

professores municipais; ciclo de debates sobre preservação ambiental e da história do local;

início das reformas das construções históricas; inclusão oficial de Senador Modestino

Gonçalves na Rota dos Diamantes.

A terceira intervenção trabalhou com os primeiros resultados coletivos: desenvolveu

uma oficina de memória e patrimônio para educadores, com produção coletiva de materiais

didáticos; exibição pública do documentário Mercês do Arassuay; exposição de fotos

produzidas coletivamente; construção coletiva do Plano de Negócios da recém criada

Associação de Comerciantes Modestinenses; realização da Festa Modestinense Ausente e

oficinas de criação de sites para o site do município.

A quarta e última intervenção apresentou à comunidade os resultados produzidos:

desenvolveu uma oficina de produção cultural para os jovens interessados; produção coletiva

da Primeira Mostra Cultural de Senador Modestino Gonçalves, com apresentação dos

resultados produzidos nos últimos dois anos do município e oficinas para educadores e

crianças.

A partir dos trabalhos desenvolvidos ao longo de dois anos a cidade realiza hoje de

forma autônoma alguns programas e projetos: Projetos em elaboração por meio de convênio:

Galpão do Artesão e restauração de Imagens da Igreja Católica. Projetos em execução:

Projeto Educação Patrimonial; Restauração do Complexo da Capela Nossa Senhora do

Rosário; Inventário do Patrimônio Cultural de Senador; Artesanato em movimento

(CENATO); Comitê Vale Circuito e Circuito dos Diamantes.

A cidade conta ainda com a auto-estima da população que hoje se reconhece como

cidadãos Modestinenses e, consequência das ações realizadas possui hoje um crescimento

econômico voltado principalmente para a valorização histórica e artística da cidade, o que tem

trazido benefícios crescentes com a atividade turística na região.

Considerações finais

Diante da realidade encontrada anteriormente e, com os primeiros resultados obtidos,

deve-se destacar o desenvolvimento da cidade por meio da exploração de sua história, cultura

e patrimônio, o que confirma a hipótese de que há a possibilidade de se construir o

desenvolvimento local por meio do trabalho com a educação e o patrimônio cultural.

Foram desenvolvidas neste local, práticas reflexivas voltadas à valorização da História e

iniciações à Educação Ambiental, Turismo de Inclusão e Estudos Afro-brasileiros e hoje, o

município que vivia basicamente da produção do carvão, tem desenvolvido uma consciência

patrimonial que gera empregos propiciados pelo turismo.

O desenvolvimento local foi articulado como resposta às dificuldades que a região

enfrentava e contou com a participação de toda a comunidade. A participação e inserção da

comunidade nas ações relativas à cidade possibilitou a reconstrução de parte da história

esquecida anteriormente pelos moradores. Porém, a história reescrita fez surgir entre os

atores envolvidos uma nova consciência e diversas possibilidades advindas da educação e do

patrimônio.

Atualmente a cidade de Senador Modestino Gonçalves reconstrói por meio da educação

e da preservação do patrimônio sua identidade cultural, sendo que esta só foi possível a partir

do vínculo maior estabelecido entre os cidadãos e sua história.

A utilização sistemática e contínua de metodologia voltada à educação e ao patrimônio,

com destaque para o desenvolvimento e ampliação do caráter pedagógico dos Patrimônios

Culturais, no sentido da construção dos processos formadores da cidadania, propicia a

construção da cultura sobre múltiplas participações, gerando formação e informação, e

possibilitando reflexões sobre a questão da cidadania, que implica fazer passar a História à

política de preservação e construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e

plural.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

Disponível na Internet: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em:

01 set. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais:

História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p. Disponível na Internet: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn 5a8 historia.pdf>. Acesso em: 01

set. 2008.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001. 282p.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). O direito à memória: patrimônio histórico e

cidadania. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1992. 235p.

DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das

cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.258 p.

DOWBOR, Ladislau. *Educação e Apropriação da realidade local*. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol.21, n. 60, p.75-92, ago. 2007.

FERNANDES, Valdir; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. São Paulo: RAE electron, vol.5, no.2, p.0-0, Dez 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5º edição. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p. 544.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Grupo Gestor (org.). *Reflexões e contribuições para a educação patrimonial*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação/Minas Gerais, 2002. 152p.

PELEGRINI, Sandra. *Cultura e natureza:* os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol.26, no.51, p.115-140, jan./jun. 2006.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie Macedo (Coordenação Geral e Revisão de Conteúdo). *Plano Diretor Participativo* - guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasil: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: ">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&id=15&Itemid=10>">http://www2.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/index.php?option=com_content&task=section&ta

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. *Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, vol.15,n.2, p.43-48, abr./jun. 2001.

VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. Rio de Janeiro: Mana, vol.12, no.1, p.237-248, abr. 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. *Patrimônio cultural:* a percepção da natureza como um bem não renovável. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol.26, no.51, p.251-262, jan./jun. 2006.

Recebido em 14.09.2009. Aprovado em 27.10.2009.